

# Levantamento da agrobiodiversidade local e construção coletiva do PNAE municipal em Boca do Acre - AM

Mapping of the local agrobiodiversity and collective PNAE construction at Boca do Acre - AM

SANTOS, Isabelle Sucena<sup>1</sup>
<sup>1</sup> IDAM/ UERGS-UDELAR, isabellesucena@gmail.com

# RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

**Resumo:** A partir de provocações comunitárias, agentes interessados se mobilizaram em Boca do Acre – AM em prol da implantação local do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esse processo contou com diversas etapas, como a Oficina de Capacitação para o PNAE, os mutirões, as oficinas, levantamentos da agrobiodiversidade local, reuniões, entre outros, culminando na realização e efetivação das Chamadas Públicas municipais. Aqui são apresentadas as etapas, problemas, atividades e resultados desse processo até o momento.

Palavras-Chave: alimentação escolar; Amazonas; agroecologia; amazônia; extensão rural.

#### Contexto

Entre os anos de 2021 e 2023, foram realizadas diversas atividades em prol da implementação de chamadas públicas municipais do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Boca do Acre - AM, município localizado no Sul do Amazonas, no denominado "arco do desmatamento" e em uma região de grande agrobiodiversidade. Ainda não há estudos anteriores descrevendo esse tipo de experiência e metodologia e nem havia um levantamento local disponível para subsidiá-la.

Essas atividades foram realizadas em parcerias entre as associações e comunidades indígenas e ribeirinhas, a organização agroecológica CATRAPOA (Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas), a assistência técnica e o poder público.

Essa experiência contribui para a aplicação desta importantíssima política pública com participação popular, em especial no contexto amazônico e, mais especificamente, do sul do Amazonas. O PNAE possui um grande potencial, que carece de maior divulgação, sensibilização e envolvimento popular, assim como da coleta de dados específicos em cada localidade e da mobilização, da capacitação dos diferentes agentes envolvidos e do monitoramento e fiscalização de seu funcionamento. Pretende-se contribuir ainda para o contato e reflexão sobre diferentes desafios e caminhos possíveis dentro dessa construção política.



As atividades foram realizadas como um os objetivos de melhorar a oferta da merenda escolar local, gerar renda para as comunidades ribeirinhas, fortalecer a economia local, valorizar os produtos e culturas alimentares tradicionais e, claro, garantir o acesso a essa política pública fundamental.

## Descrição da Experiência

A mobilização em torno do PNAE contou com os processos de: provocação por parte das comunidades; diagnóstico participativo realizado pela assistência técnica; realização de uma Oficina de Capacitação para o PNAE, estendida a todos os agentes envolvidos; dinâmica de levantamento coletivo da agrobiodiversidade local; plenária; elaboração de carta de compromisso com o poder público; realização de mutirões, oficinas e rodas de conversa com as comunidades, e reuniões de mediação com o poder público; assistência durante o processo de inscrição e habilitação para o PNAE e, finalmente, acompanhamento das entregas para a merenda escolar.

Por meses, articulações foram feitas em redes sociais para criar um grupo de trabalho local e dialogar com pessoas e grupos já experientes na implantação do PNAE em outros territórios. Essas articulações culminaram na Oficina, realizada em maio de 2022.

A Oficina, com duração de 3 dias, foi um grande momento articulador e de concretização. Ela foi organizada em uma parceria entre diferentes participantes da CATRAPOA (o CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, a parceira Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, a FUNAI, as associações locais) e o poder público municipal.

A metodologia de levantamento da Agrobiodiversidade foi proposta pela GIZ, consistindo na divisão dos comunitários em Grupos de Trabalho por território, que elaboraram seu mapa de safras e produtos locais e apresentaram durante o evento. Essa metodologia participativa foi interessante por propiciar que os dados embasadores da chamada pública estejam minimamente alinhados com as expectativas e potenciais da comunidade.

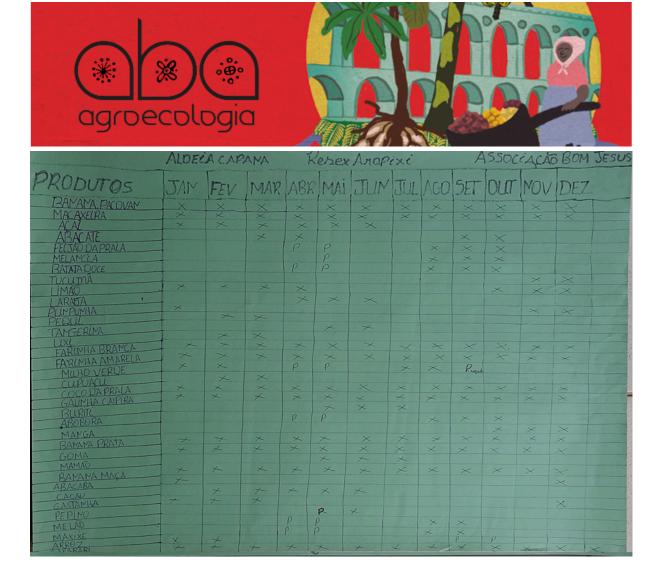


Figura SEQ Figura \\* ARABIC 1: Cartaz elaborado pela comunidade Capana, contendo lista de alimentos e seu período de plantio e colheita



Figura 2: Grupos de trabalho apresentando seus levantamentos da Agrobiodiversidade

Esses dados foram cruciais para possibilitar a criação da chamada pública de acordo com a disponibilidade e a distribuição temporal dos alimentos tradicionais.



Abaixo estão a lista com os alimentos levantados pelas diferentes comunidades e um gráfico manual que se propõem a ilustrar a distribuição temporal destes alimentos ao longo de todo o ano, baseado nos dados levantados pelos grupos de trabalho comunitários.

Também foram realizadas dinâmicas de treinamento da habilitação para a chamada, com preenchimento de documentos e envelopes pelos comunitários com apoio dos facilitadores.







Figura SEQ Figura \\* ARABIC 3: Atividade de treinamento para a confecção dos envelopes para a Chamada Pública do PNAE

A seguir, foi elaborado um calendário de atividades em acordo com as comunidades envolvidas, que possibilitou a emissão de documentos necessários e a mobilização e sensibilização em torno da política pública nos territórios.

Todas essas atividades culminaram na execução da chamada pública, realizada pela primeira vez com participação popular, durante o ano de 2023. Essa primeira experiência está sendo monitorada para ser aprimorada e fortalecida ao longo do tempo, de acordo com o interesse e as demandas dos participantes.

#### Resultados

Durante as provocações realizadas pelas comunidades, foi possível perceber a grande distância entre a esfera de implantação institucional do PNAE e as visões e demandas comunitárias. Essa distância também foi percebida durante as plenárias da Oficina, em especial no debate acerca do CAE- Conselho de Alimentação Escolar. Portanto, esse foi um trabalho de mediação importante, que diminuiu ruídos e possibilitou parcerias e acordos.

Na Carta de Compromisso elaborada, foi possível elencar, visibilizar e firmar um compromisso de trabalho participativo entre o poder público e os agricultores, ribeirinhos e indígenas interessados.

No levantamento da Agrobiodiversidade, foi possível aferir que há alimentos em quantidade, diversidade e com distribuição temporal ao longo de todo o ano, viabilizando a elaboração potencial de cardápios escolares extremamente ricos.

Nas reuniões com o poder público, foram identificadas as fragilidades de capacitação e de aparatos financeiros, burocráticos e de infra estrutura para implantação do PNAE – por exemplo, o valor relativamente baixo recebido pelas



escolas para a merenda escolar, os desafios da distribuição e entrega de alimentos, assim como de monitoramento e recursos humanos, nas comunidades ribeirinhas longínquas, entre outros. Nas reuniões com as comunidades, identificamos diversos interesses, dilemas, entraves e contradições pertinentes a participação nessa política pública. Por exemplo, como organizar a produção, a entrega, a qualidade dos alimentos a nível local, e garantir que seja garantido o benefício da merenda de qualidade para as crianças? Até que ponto haverá retorno econômico real para as comunidades?

A realização dessa Chamada Pública e sua atual execução configura uma conquista histórica, que está atualmente em experiência e observação, para ser renovada no próximo ciclo.

É possível que os dados levantados e as metodologias utilizadas sejam revisitados e adaptados, tanto localmente quanto na multiplicação em outros territórios.

### Agradecimentos

Agradeço à minha rede de apoio; à Associação Bom Jesus da RESEX Arapixi; à Organização dos Povos Indígenas Jamamadi e Apurinã de Boca do Acre; à comunidade Lago Novo; à CATRAPOA; aos meus parceiros do IDAM, da FUNAI e do ICMBio que participaram nesse processo, aos agentes envolvidos do poder público local, à minha orientadora Márcia e aos professores e colegas da Pós Graduação Binacional em Agroecologia.